ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E EMPRESA — O PAPEL DAS FUNDAÇÕES DE FILANTROPIA*

ROBERTO PAULO CEZAR DE ANDRADE

Antes de mais nada, ao agradecer o honroso convite que me foi dirigido pelo Exmo. Sr. Procurador Geral, Dr. Hamilton Carvalhido e pela Dra. Vera Lúcia de Sant'Anna Gomes para participar deste encontro, gostaria de esclarecer que aqui compareço como empresário e cidadão, que há muitas décadas se interessa pelo relacionamento da Empresa com a Sociedade Civil e dessa com o Estado. Não sendo técnico nem especialista no setor, o que posso oferecer aos senhores é apenas o fruto de experiência pessoal resultante de vivência de mais de quarenta anos.

Procurarei abordar a matéria por três ângulos: o papel da Sociedade Civil nos dias de hoje e, dentro dele o da Empresa e do chamado Terceiro Setor; os novos conceitos de filantropia — o “Público porém privado”, e o campo de superposição dos interesses do Estado e das organizações não Estatais e o papel das Fundações em particular, para chegar, finalmente, a uma proposta do que me parece necessário fazer.

Ao encerrar-se o século XIX, nossos avós acreditavam que dispunham de todos os instrumentos necessários para resolver os problemas da humanidade. Bastaria aplicá-los com diligência, persistência e inteligência para que, com o tempo, se realizassem os ideais positivistas explicitados em nossa bandeira republicana: *ordem e progresso*, chegar ao progresso pela ordem ou à felicidade pela aplicação diligente.

O que se discutia era se os caminhos mais adequados seriam de esquerda ou de direita: se o paraíso do proletariado de Marx deveria ser o objeto do esforço concentrado das massas ou se o “laissez faire” dos barões do capitalismo e o “fardo do homem branco” das grandes potências coloniais viria afinal desaguar numa vida coletiva mais feliz e na melhor distribuição da riqueza quase que por fatalidade de crescimento.

O século das luzes acabou em 1914. A hecatombe européia, que pela primeira vez instrumentou a guerra com o poder destruidor da ciência, foi apenas o prólogo

* Palestra proferida no 1º Encontro das Fundações Privadas e o Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro, realizado nos dias 16/17 de maio de 1996.

de uma era que juntou os horrores da mais primitiva barbárie com o desenvolvimento pela mente humana de instrumentos antes inimagináveis de bem-estar coletivo.

O contraste entre o desenvolvimento atingido pelos centros ricos de civilização ocidental e a miséria e o primitivismo de grande parte da humanidade representa um dos maiores desafios a serem enfrentados pela sociedade do século XXI. No mundo de hoje, o Brasil é, talvez, o país em que esse desafio aflora de forma mais gritante.

Não preciso arrolar os contrastes com que nos defrontamos quotidianamente: um dos motivos pelo qual somos tão pouco compreendidos no mundo e porque também nos compreendemos tão pouco é exatamente esse choque entre o país moderno e desenvolvido e a miséria presente a todo o instante, a cultura da violência, o desprezo pela vida humana. Vivemos o fenômeno de uma Sociedade Civil feita de camadas sobrepostas que, como o azeite e a água, convivem mas não se misturam, situação que se reflete na eficácia das ações e dos movimentos que nela se processam ou se originam.

O mundo não entende como podemos ter ao mesmo tempo a Internet, a TV a cabo e os meninos da Candelária. Não vê como conciliar o reino dos traficantes com uma cidade amável e amada como o Rio. E nós, brasileiros, sem entender o que se passa, deixamo-nos muitas vezes influenciar por essas vozes que nos chegam estríduladas do exterior e esbravejamos contra tudo e todos: o Governo, os capitalistas, os sindicatos, a justiça, a igreja, a imprensa, etc...

Basta ler os jornais: de alto a baixo, em todas as páginas, críticas e lamúrias, observações demolidoras de tudo e de todos. Nenhuma expressão de admiração por algum esforço dedicado nem de reconhecimento por tarefas realizadas com sucesso. Parece reinar um mau humor e um masoquismo generalizado que conduz às vibrantes comemorações das derrotas coletivas e ao escamoteio da vitória e até mesmo da esperança.

Ao examinar os conceitos e a realidade da filantropia dentro do contexto mais amplo do relacionamento da Sociedade Civil com o Estado, deparamos em nosso país com as inseguranças e incertezas que decorrem do permanente estado de “tornar-se” que é o do Brasil de hoje: uma sociedade emergente entre as nações desenvolvidas mas já líder entre os países em desenvolvimento. Convivemos com a nova “Sociedade do Conhecimento” e trafegamos na “Rodovia da Informação” sob o comando de um Estado em crise e de uma cidadania que, em sua imensa multiplicidade e com todos os seus contrastes, se organiza e participa, como nunca antes o fez, da construção de nosso futuro.

Acho que a grande tarefa que temos de enfrentar é, antes de tudo, uma tarefa de compreensão: entender o que nos cerca, o que está acontecendo e pode acontecer, levará à possibilidade de colaborar com o que há de positivo para a Sociedade brasileira na conjuntura em que vivemos.

Parece que do tumulto doutrinário e dos embates de poder que se estenderam durante a maior parte do nosso século restaram algumas lições que podem ser consideradas válidas para o nosso país e nosso tempo:

- *em primeiro lugar, a democracia representativa com todos os defeitos e imperfeições que apresenta é o sistema que melhor se adapta à coexistência da liberdade*

de todos com a proteção dos direitos de cada um — com a lei colocando freios e contrapesos à força do Estado e ao domínio dos fortes e poderosos;

- paralelamente, no mundo que cada vez mais se integra e intercomunica, a *economia de mercado*, dentro de critérios racionais e internacionalmente aceitos de proteção à soberania e estímulo ao desenvolvimento de novas indústrias, parece ser a forma mais eficaz de promover o bem-estar material coletivo;
- finalmente, a *cidadania participativa*, isto é, a participação ativa e crescente dos cidadãos, indivíduos, organizações de natureza não lucrativa e mesmo empresas na vida das comunidades fora do contexto político e do contexto econômico estrito, vinculado à produção de lucros. É o chamado “Terceiro Setor”, que visa o interesse público dentro de um contexto não governamental e não lucrativo.

Ao passo que o mercado tem como força impulsionadora os resultados econômicos, isto é, o lucro, e como principal justificativa a eficácia, as atividades desse Terceiro Setor, dentre as quais se enquadram as das Fundações, têm com as do Estado Democrático um campo comum: ambas visam o bem público em esferas diversas mas muitas vezes sobrepostas.

Dá a importância de que se entendam e trabalhem em harmonia e colaboração consentida.

Infelizmente, Estado e Sociedade Civil em nossa cultura muitas vezes se distanciam a ponto de se atritarem, mesmo quando têm os mesmos propósitos e visam os mesmos objetivos. A tradição do Estado é centralizadora e onipotente. Desde os tempos coloniais, o Rei, o Capitão-Mor, o Governador Geral ou o Vice-Rei agregavam o poder de direcionar a sociedade a seu modo e segundo sua vontade. O império era vasto e os recursos escassos — nossos antepassados lusitanos recorreram à centralização como instrumento mais adequado ao controle dos imensos territórios para onde iam poucos emigrantes, tanto modestos lavradores quanto aventureiros em busca de fortuna fácil.

O Estado Brasileiro que sucedeu à colônia pouca mudança trouxe a essa situação: o Imperador, os Presidentes, Governadores, Prefeitos ou Coronéis, para não falar dos Generais-Presidentes, continuaram à testa das máquinas burocráticas a eles subordinadas, como as principais, senão únicas fontes dos recursos ou dos comandos que poderiam assegurar o bem-estar dos cidadãos até épocas bem recentes.

Por sua vez, essa cultura multissecular fez com que se enraizasse no povo em geral a crença generalizada de que só o Estado tinha o poder e os meios de transformar a sociedade. Governos tão diversos quanto os de Vargas, Juscelino e dos militares pós-64 construíram planos ambiciosos de desenvolvimento baseados precipuamente na ação e no poder do Estado.

Em seu pequeno e admirável livro: “Privado porém Público — O Terceiro Setor na América Latina”, Rubem Cesar Fernandes nos descreve como os movimentos associativos de cidadania, coisa nova no Brasil, passam a crescer aceleradamente a partir dos anos 70, talvez em contraposição às limitações do Estado autoritário. São organizações não lucrativas e não governamentais que têm como objetivo prestar

serviços coletivos que não passam pelo exercício do poder do Estado. Por não disporem do uso legítimo da força, suas políticas dependem de persuasão com que buscam o apoio de indivíduos ou grupos com interesses compatíveis.

No entanto, foi a crise do Estado nos anos oitenta que se desenvolveu paralelamente à redemocratização, que veio tornar agudo o problema e criar a oportunidade de muitas organizações desse terceiro setor virem a colaborar em áreas antes ocupadas exclusivamente pelo Poder Público.

Com efeito, os anos oitenta foram de tal forma danosos para o Estado brasileiro, presa de uma desmoralização de seus componentes, na medida em que o poder militar se esvaía e que o poder civil não demonstrou competência para trazer à Nação uma mensagem de otimismo e confiança, que as próprias instituições Públicas: Museus, Escolas, Hospitais etc. tiveram que apelar para o suporte econômico da Sociedade Civil a fim de não fecharem suas portas à míngua total de recursos.

Foi a época em que surgiram as primeiras Sociedades de Amigos: da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Jardim Botânico, do Museu Histórico Nacional e outras tantas.

Baseados a princípio em organizações extremamente informais, indivíduos e empresas se uniram para ajudar entidades do Poder Público que representavam para eles bens superiores às suas demandas de lucro ou de uso próprio do capital.

Cabe aqui uma palavra sobre as empresas: de maneira geral é preciso distinguir as entidades que, como eles, visam o lucro, daquelas como as do Terceiro Setor, que são não lucrativas.

No entanto, as empresas têm tido um papel importante de cidadania corporativa tanto por interesse próprio: criar ambiente para melhor operar, como por interesses particulares de seus dirigentes, que, sendo pessoas, têm inclinações próprias que, aliadas aos poderes extraordinários dos dirigentes empresariais muitas vezes permitem ações importantes em áreas de interesse público, mesmo sem as tão debatidas renúncias fiscais.

Em nosso tempo e em nosso país, as empresas têm sido as grandes fontes de filantropia, quer diretamente, quer através de fundações ou outras instituições por elas criadas. Anteciparam-se assim ao movimento de cidadania participativa dos indivíduos. Veremos adiante que tal prática contrasta nitidamente com o que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos.

Curiosamente, um dos primeiros grandes obstáculos que tais organizações informais tiveram de enfrentar foi a desconfiança e resistência dos próprios órgãos que pretendiam beneficiar. Tal a força da tradição do Estado onipotente, que muitos funcionários, de todos os níveis, viam com grande suspicácia a “intromissão” de elementos da Sociedade Civil em áreas que consideravam de exclusiva responsabilidade do Governo.

Fui o primeiro Presidente da Sociedade de Amigos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e sou ainda hoje Presidente da Associação de Amigos do Museu Histórico Nacional e do Conselho da Associação de Amigos do Museu Imperial, além de participar de numerosas outras organizações do gênero.

Apesar de um certo anedotário de incompreensões e problemas, a experiência tem sido de uma riqueza extraordinária com evidentes benefícios para o patrimônio

público e, o que no meu entender é bem mais importante, com uma crescente compreensão dos benefícios da interação entre o Governno e a Sociedade Civil que hoje, na área cultural, já atinge os níveis mais altos da estrutura governamental.

Hoje, nas entidades culturais que mencionei acima, já são discutidas em conjunto metas orçamentárias em que são estabelecidos objetivos para a ação das entidades civis em paralelo com os programas governamentais estabelecidos e os recursos orçamentários obtidos.

Há que atentar no entanto que, enquanto os serviços prestados pelo Estado são financiados por impostos compulsórios, os serviços prestados pelo terceiro setor são, em grande parte, resultantes de doações espontâneas. Tais doações decorrem de motivações as mais diversas, que vão da vaidade pessoal ao espírito público, do “marketing” empresarial à responsabilidade para com a comunidade, de enfoque em economias fiscais a sentimentos muitas vezes minimizados mas que, felizmente, continuam a ter efeitos poderosos na motivação dos indivíduos tais como: gratidão, lealdade, caridade, amor, solidariedade, verdade, beleza etc.

Para quem já teve a experiência de buscar fundos para o terceiro setor, é sempre gratificante perceber que, apesar de influentes, os motivadores pecuniários (tais como abatimentos fiscais e vantagens tributárias) muitas vezes têm papel secundário na decisão de dar quando comparados com os demais.

Vimos portanto até agora que, nas últimas décadas, na formação do que podemos chamar do novo Estado Brasileiro — democrático, de economia aberta e inserido no mundo do conhecimento e na “Estrada do Futuro”, os movimentos da Sociedade Civil têm crescido e se expandido através do desenvolvimento extraordinário do Terceiro Setor, hoje parte integrante e importante do esforço necessário para que se concretizem nossas expectativas quanto ao futuro.

Tal crescimento e expansão se deu por intermédio de vários tipos de associações. Mencionamos acima o fenômeno das Associações de Amigos, muito em voga no setor cultural e nas atividades comunitárias de bairros. ONGS, Institutos, Centros e outras formas associativas de caráter leigo e religioso, todas sem fins lucrativos e visando o bem comum, foram sendo criadas dentro e fora dos limites previstos no artigo 16 do Código Civil, onde se fundamenta toda a nossa legislação sobre Fundações, tema central de nossa palestra de hoje.

É importante salientar que tal fenômeno não é caracteristicamente brasileiro: nos países desenvolvidos do hemisfério norte, o terceiro setor (excluídas as organizações políticas, religiosas e as cooperativas) representava em 1990 5% da força de trabalho conjunta dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Itália e Reino Unido e, cerca de 6% dos respectivos PIBs; se somarmos a isto as organizações excluídas acima, também sem fins lucrativos e atuantes no setor de interesse público, veremos que uma parcela considerável da força de trabalho e da atividade econômica dos países desenvolvidos se processa fora do setor empresarial e do setor público propriamente dito.

Nos Estados Unidos, o setor não lucrativo mobiliza 350 bilhões de dólares/ano, na Alemanha, 50 bilhões e no Japão quase 100 bilhões (dados de 1995).

Como salientar que, nos Estados Unidos (dados de 1989), mesmo excluindo as contribuições a entidades religiosas, 66% das contribuições para atividades não

lucrativas foram feitas por indivíduos, cabendo às fundações 14% e às empresas, diretamente, 8%. Os 12% restantes correspondem a legados.

Uma das estatísticas mais impressionantes da filantropia americana se refere ao tempo que os indivíduos dedicam às causas que não lhes trazem qualquer benefício financeiro. É raro o cidadão americano que não dedica parte de seu tempo a alguma atividade ligada à sua igreja ou ao seu hospital. No Brasil, essa participação individual ainda é excepcional até mesmo em atividades de interesse direto dos cidadãos como as que envolvem a escola, o bairro e o próprio condomínio onde residem.

Apesar de terem uma contribuição bem inferior à das pessoas físicas, as fundações nos Estados Unidos constituem um vasto universo: eram, em 1995, 7.549, com um patrimônio de US\$ 178.525.153.000, receberam, no ano, donativos de US\$ 6.336.624.000 e fizeram contribuições de US\$ 10.112.904.000. A revista *Veja* desta semana publica um artigo sobre o legado deixado por David Packard à Fundação que leva o seu nome e que foi o maior de todos os tempos nos Estados Unidos: mais de US\$ 7.200 milhões de dólares!

As grandes fundações norte-americanas são hoje organizações do porte das grandes multinacionais empresariais. Delas, 246 têm ativos de mais de cem milhões de dólares e algumas, como a Packard, a Ford, a Rockefeller, a MacArthur e a Kellogg têm patrimônios de vários bilhões de dólares cada.

Do ponto de vista da forma que adotam, essas organizações dividem-se basicamente em quatro tipos: As *Fundações Independentes* — geralmente gerindo uma dotação original de fundos pessoais ou corporativos; as *Fundações Empresariais* — ligadas a grandes empresas que fornecem os fundos originais ou periódicos para a sua operação mas que as constituem como organizações juridicamente independentes; as *Fundações Operacionais* — constituídas para uma determinada finalidade, geralmente de pesquisa, educação ou saúde. Essas, em geral, não distribuem recursos a terceiros a não ser relacionados com suas próprias atividades; e as *Fundações Comunitárias* — cujas contribuições provêm de grupos diversos e que visam basicamente atividades ligadas a determinadas comunidades.

Ao citar os dados acima não deixo de considerar que o universo da filantropia americana é bastante diferente do nosso, tanto por motivos históricos e culturais, como também pela diferença de escala entre as economias do Brasil e dos Estados Unidos. Lá, são mais de sete mil fundações; aqui, conforme a fonte que se consulte, somos 1.380, “mais ou menos 3.000”, ou “mais de 4.000”. Com certeza sabemos que 30 acabam de se reunir no GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas) com o propósito de apoiar o setor e, entre outras coisas mais sérias, eliminar tais dúvidas.

Penso no entanto que, da mesma forma que os empresários brasileiros estudam as organizações e métodos de trabalho das bem-sucedidas empresas do hemisfério norte e se beneficiam de sua experiência para poderem saltar etapas e melhor competir com elas, também o setor filantrópico nacional deveria atentar para a experiência de outros povos, tanto em sua organização quanto no controle de suas atividades e à interface entre estas e as do Estado.

No Brasil, as tradições filantrópicas datam da colônia: as Santas Casas de Misericórdia, os Asilos e Orfanatos atestaram, desde os primeiros séculos, a preocupação dos mais abastados em ajudar os pobres movidos pelos preceitos cristãos

de amar ao próximo e praticar a caridade. Só em épocas relativamente recentes, entretanto, a motivação e a estruturação das atividades do terceiro setor deixou de ser precipuamente religiosa e pessoal para abranger áreas de interesse coletivo e ações de grupos e de empresas.

Há quase três anos, em novembro de 1993, tive a satisfação de organizar no Rio de Janeiro um Seminário Internacional sobre o tema de Cidadania Participativa — Responsabilidade Social e Cultural num Brasil Democrático. Esse seminário, que teve o apoio da PUC, da UNICAMP e da USP e o patrocínio de uma série de empresas, Bancos e fundações, foi coordenado pela Fundação Brascan e a Fundação Roberto Marinho.

O Seminário teve como objetivo discutir com representantes de todos os setores de nossa sociedade e com a participação de líderes internacionais do setor filantrópico a posição e as perspectivas da filantropia e do terceiro setor no Brasil. Durante dois dias foram examinados e discutidos seis temas básicos: *O papel do terceiro setor em uma sociedade democrática; o papel das fundações na experiência internacional; a empresa moderna e a cidadania participativa; cidadania participativa através das associações e fundações; aspectos legais e estratégias de levantamento de fundos e o papel dos meios de comunicação na criação de uma nova mentalidade brasileira de cidadania participativa.* Encerrou-se o seminário com o debate de *uma Agenda para o Brasil: O Que Se Pode Fazer.*

Já na época, estava em atividade inicial e informal o GIF, grupo de Institutos e Fundações (hoje GIFE, Grupo de Institutos Fundações e Empresas), e Oded Grajew, Presidente da Fundação Abrin propôs que se criasse um Conselho de Fundações, nos moldes americanos, para exercer o papel, de coordenador, centro de treinamento e fiscalização ética das atividades do setor.

Uma síntese dos debates e conclusões do Seminário acha-se publicada em livro que está à disposição dos interessados.

O papel da Fundação no setor filantrópico ou de cidadania participativa pode ser comparado, *grosso modo*, com o da Sociedade Anônima no setor empresarial.

As atividades do Terceiro Setor, uma sociedade tão fracionada quanto a nossa, cobrem uma vasta gama que vai das organizações que Rubem Cezar Fernandes, em seu livro já citado, classifica de “abaixo da linha d’água”, até as grandes e complexas organizações que, em sua maioria, revestem a forma de Fundações. Estas são, sem dúvida, as formas mais elaboradas e presumidamente estáveis de se realizar a “idéia de obra” que Hauriou considerava a própria razão de ser das Instituições.

Uma palavra sobre o patrimônio:

Praticamente inexitem no Brasil as Fundações com patrimônio resultante de dotações iniciais insuficientes para assegurar uma existência econômica independente de suporte periódico das empresas ou entidades mantenedoras.

No Brasil são raríssimas as fundações privadas que possuem um “endowment” suficiente para que possam viver de rendas. Nos Estados Unidos a regra é o contrário: ainda recentemente fui convidado a participar do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Harvard. No próprio convite o Presidente da Universidade declarava a necessidade de se levantar um fundo inicial de US\$25 milhões para que o Centro pudesse funcionar com eficiência e independência. (Quantas de nossas

Universidades possuem fundos desse montante para *todas* as suas atividades!) Cabe relatar que na primeira reunião do Conselho Diretor de que participei o Sr. David Rockefeller, um dos conselheiros americanos, assinou um cheque de US\$11 milhões, dando a partida para uma série de donativos que hoje já quase completam o montante pretendido.

De tudo o que foi dito acima, o que se pode concluir?

Em primeiro lugar, a importância dos organismos da Sociedade Civil: o Terceiro Setor, não Governamental e não Lucrativo na construção de uma sociedade moderna e participativa para o Brasil.

Em segundo lugar, que, dentro desse Terceiro Setor, as Fundações, por sua estrutura jurídica e financeira formal e relativamente sofisticada, representam o setor que merece atenção especial por apresentar a maior possibilidade de organização, crescimento, fortalecimento e, portanto, de ação eficaz.

Joaquim Falcão, no Seminário sobre Cidadania Participativa acima citado, usou um jogo interessante de palavras ao dizer que etimologicamente poder-se-ia dizer que a expressão *fundação* viria de *fundos em ação*, em inglês *funds in action*, e em francês *fonds en action*, daí, *foundation* e *fondation*. Refere-se a seguir aos diferentes tipos de fundações, conforme os fundos que colocam em ação: ações, dinheiro, acervos artísticos e culturais e bens imateriais como aqueles oferecidos por fundações nas áreas de mídia (entre elas a própria Fundação Roberto Marinho, cujos fundos são constituídos parte em dotações com dinheiro das Organizações Globo e parte por tempo e espaços gratuitos, no rádio, na TV e nos jornais).

Tenho grande amizade e admiração por Joaquim Falcão, mas gostaria de sugerir que fundação é mais que simplesmente fundos em ação. Aprendi na Faculdade de Direito uma definição de Instituição que não mais esqueci: “*Instituição é uma idéia de obra que se realiza*” (Maurice Hauriou). Não há obra sem fundação e não há fundação sem uma idéia a realizar. Mesmo quando são escassos os fundos, muitas vezes é possível fazer marchar a instituição, mas, por maiores que sejam os fundos, sem idéia de obra, nada podem alcançar.

O Código Civil, em seu art. 16, tratou as Fundações entre as Pessoas Jurídicas de direito privado e, nos arts. 24 a 30, regulou sua criação, operação e extinção.

No nosso Estado, a Resolução nº 68, de 13 de novembro de 1979, “Estrutura o sistema de provedorias de Fundações, estabelece normas para a atuação dos órgãos do Ministério Público e da Procuradoria Geral da Justiça em matéria fundacional e dá outras providências”. Tem 78 artigos e é extremamente minuciosa.

Na área privada, a criação do GIFE e a constante troca de informações e conhecimentos entre seus componentes e entidades do Brasil e do exterior já constitui um passo importante para que o setor se desenvolva e autodiscipline. Sem dúvida, estamos apenas no princípio, muito há que fazer para que possamos nos aproximar do tipo de organizações que estimulam e controlam a vasta máquina das fundações americanas, mas o caminho está aberto e os objetivos me parecem corretos.

Fica, entretanto, o aspecto fundamental do relacionamento das Fundações com o Estado. Estamos aqui neste encontro que considero será um divisor de águas no relacionamento entre as Fundações e o Ministério Público, falando a convite deste último, perante a Curadoria de Fundações, órgãos do Estado que nos supervisionam

e apóiam nos termos da legislação vigente. Qual seria a sugestão a apresentar para aprofundar e melhorar o relacionamento de nossas entidades do Terceiro Setor com os representantes do Primeiro?

Parece-me que, em primeiro lugar, cabe examinar em conjunto se a legislação hoje vigente é a mais adequada a governar o novo universo da filantropia em seu encaminhamento de um simples ato de vontade do doador, a ser zelado e protegido pelo Estado, para a criação de instituições por indivíduos e empresas, que muito se assemelham às grandes companhias e que exercem um papel significativo dentro da estruturação da Sociedade Civil. Cabe, para tanto, aprofundar o diálogo sobre os aspectos básicos acima esboçados quanto ao papel do terceiro setor, e dentro dele, das Fundações. Desse aprofundamento decorrerá um entendimento mais claro do papel do Estado e da Sociedade em sua colaboração indispensável para a criação a supervisão e a administração de um universo moderno das fundações.

Afora as áreas normais de competência do Estado, extensivas a todos os cidadãos e organizações em países democráticos operando dentro do regime da lei, parece-me que há duas de nítido interesse do Poder Público nas atividades não lucrativas: a primeira é a *fiscal*, sempre que exista renúncia fiscal a favor de qualquer dessas atividades, é imperativo que se evite a fraude; a segunda é a *ética* — evitar que organizações sob capa de filantropia e cidadania sejam montadas em benefício de alguns, como, infelizmente, ocorre com frequência em nosso país.

Observados estes pontos, parece-me que se deveria processar um reexame da legislação e regulamentação aplicável, a fim de adequá-las aos objetivos e circunstâncias do nosso tempo, assim como foi feito com os dispositivos do Código Comercial na área de Sociedades Anônimas em que hoje temos uma legislação comparável com as mais modernas do mundo.

Para tanto, seria necessário que dirigentes do Terceiro Setor e representantes do Ministério Público e da continuidade jurídica fizessem um amplo exame dos objetivos de uma nova regulamentação da matéria, procurando remover entraves decorrentes de uma visão inadaptada à tarefa da Cidadania Participativa tão importante para a fase atual do desenvolvimento brasileiro.

Acredito que, se assim for feito, o universo de Fundações no Brasil poderá crescer de forma vigorosa, ética e eficiente, constituindo-se em instrumento poderoso para o indispensável fortalecimento do setor de filantropia/cidadania, sem cujo apoio será, a meu ver, impossível construir o país de nossos sonhos.